

## CONSTRUÇÕES SOCIAIS E CULTURAIS DOS SUJEITOS HISTÓRICOS

social and cultural constructions of historical subjects

Daniela Moratti Precilio Borcarte Strelhow\*

### Resumo

Neste trabalho propõe-se apresentar a importância das construções sociais e culturais dos sujeitos históricos na perspectiva de gênero. Para este enfoque, pressupõe-se que o saber teórico implica um sistema de dominação e o caráter performativo da linguagem na constituição dos sujeitos carregam resíduos traumáticos que permanecem e são reproduzidos na sociedade. Sob esta perspectiva, compreende-se a relevância de uma desconstrução autêntica da performance cultural, deslocando-se e revelando-se a construção hierárquica social e religiosa, em vez de aceitá-la como estado natural. Neste sentido, demonstrar-se-á por meio da ilustração “*dios es mi conceptual*” de Aberto Montt, relacionar a violência simbólica à discussão.

**Palavras-chave:** construções sociais, linguagem, violência simbólica.

### Abstract

This paper proposes to present the importance of social and cultural constructions of historical subjects in a gender perspective. For this approach, it is assumed that the theoretical knowledge implies a system of domination and the performative character of language in the constitution of subjects carry traumatic residues that remain and play in the society. From this perspective, we understand the importance of an authentic deconstruction of cultural performance, moving and revealing the social and religious hierarchical construction, rather than accept it as a natural state. In this sense, will prove if-through This "mi dios es conceptual" Open Montt, relate the discussion to symbolic violence.

**Keywords:** social constructs, language, symbolic violence.

### Considerações Iniciais

Dir-se-á que gênero é uma construção social e cultural dos sujeitos. Sob esta perspectiva, a existência “do/s sujeito/s” parte de uma questão crucial para a política, os domínios da representação, a linguística e a emancipação de corpos. Embora, a noção do sujeito e sua referencialidade performativa na linguagem constituam-se sob uma ordem culturalmente imperialista em negar e dispensar a representabilidade e integridade de

---

\* Mestranda na Faculdades EST. Bolsista Capes. [danielamorattis2@hotmail.com](mailto:danielamorattis2@hotmail.com)

alguns corpos como um requisito ou pressuposição de teoria. Em outras palavras, podemos dizer: “gênero é usado aqui no singular porque sem dúvida não há dois gêneros. Há somente um: o feminino, o “masculino” não sendo um gênero. Pois o masculino não é masculino, mas o geral”.<sup>1</sup>

Com efeito, esta indiferenciação ao Outro na constituição social dos sujeitos entre corpos sexuados e gêneros culturalmente construídos, como salienta Judith Butler, instituem uma questão primordial para a teoria feminista, a fim de criar novos questionamentos e posturas diante a realidade circundante. Desta forma, significativamente argumentar a abjeção ontológica dos corpos femininos, bem como, atenuar a ênfase na desnaturalização,<sup>2</sup> a forma insidiosa da negação, dos marcadores normativos, das estruturas condicionadas na teoria social que engendram, naturalizam e imobilizam.

Sob esta perspectiva, a teoria feminista entre anúncios e denúncias, pela emancipação e democratização quer repensar teoricamente estes sujeitos desarticulados do processo de produção, escondidos pelo enquadramento normativo das performatividades nas relações culturais, no intuito de promover uma consciência crítica e uma transparência racional sobre as práticas colonizadoras e domesticadas pelo fundamentalismo epistemológico, a produção de conteúdos veiculados na comunicação imagética dos corpos contemporâneos reféns de seu caráter utilitário associado a um produto de mercantilização. Para além, discutir a produção de conteúdos a partir de uma compreensão instrumental e substantiva sob as experiências dos sujeitos históricos. Contudo, destaca Michelle Perrot, a sociedade da imagem e da comunicação encerra em si elementos simbólicos de “representatividade” que delineiam práticas discriminatórias, excludentes<sup>3</sup> que promovem violências e discursos de ódio.

### **As construções sociais e culturais dos sujeitos históricos na perspectiva de gênero**

*A verdadeira viagem de descobrimento não consiste em buscar novas paisagens, mas em ter novos olhos.*

Marcel Proust

---

<sup>1</sup> BUTLER, Judith P. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 42.

<sup>2</sup> PRINS, Baukje; MEIJER, Irene Costera. Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. *Estudos Feministas*, Florianópolis: 2002. V. 10, N. 1, p. 157. Para Butler não se trata de uma oposição à natureza humana, mas “uma oposição à invocação da natureza como modo de estabelecer limites necessários para vida gendrada”.

<sup>3</sup> PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Trad. Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 2005. p. 478.



**Fig.1** – Alberto Montt José Moscoso, *dose diária*. Disponível em: <<http://www.dosisdiarias.com/>>. Acesso em: 02 Jun. 2014.

No início era o Verbo, mas o Verbo era Deus, e Homem. O silêncio é o comum das mulheres. Ele convém a sua posição secundária e subordinada [...] é um mandamento reiterado através dos séculos pelas religiões, pelos sistemas políticos e pelos manuais de comportamento [...] imposto pela ordem simbólica, não somente o silêncio da fala, mas também o da expressão, gestual ou escrituária. [...] Pois o silêncio era ao mesmo tempo disciplina do mundo, das famílias e dos corpos, regra política, social, familiar. [...] Doravante, o gênero se faz sexo, como o Verbo se faz carne. Homens e mulheres são identificados por seu sexo; em particular as mulheres são condenadas a ele, ancoradas em seus corpos de mulheres [...].<sup>4</sup>

A análise de Michelle Perrot em sua longa historiografia do silêncio trata-se de uma configuração histórica, política, social dentro do discurso abstrato e global dos sujeitos históricos experienciado pelas mulheres. Marcado por traços opressores, subordinados, subjulgados discursivamente, e, sobretudo, na materialidade dos corpos femininos. Ambos os traços, constituídos mediante atos performativos culturais, sob as estruturas ligadas as relações de poder institucionalizadas. Da opacidade à neutralidade da linguagem; entrementes, as tensões à consciência de si, a compreensão do que é imposto na teorização do discurso e na materialização das palavras em atos destrutivos e de violências. Sob esta noção, embora existam traços comuns veiculados as opressões sociais pelas culturas

<sup>4</sup> PERROT, 2005, p. 09-10 e 470.

masculinistas reconhecível por uma universalidade patriarcal <sup>5</sup> o recurso visual encabeçado, conjuntamente as reflexões da historiadora leva a outros questionamentos.

Deste modo, o sujeito constituído na imagem retoma a perspectiva de lugar, apropriação e encobrimentos. Neste sentido, qual o ponto de partida, o que quer falar e para quem se refere esta fala? De quais mulheres se quer falar e qual o seu lugar na sociedade? Quais estruturas sociais estão por traz da crítica produzida no recurso visual? Em que contexto? Como este corpo ou os corpos aparecem no discurso? Quais relações de violência esta “divinização natural” do “homem”, enaltecida pelas vozes auscultas dos discursos teológicos, acadêmicos, políticos, sociais promovem? Pode-se dizer que gênero discutido sob a universalização do ocidentalismo etnocêntrico exclui características culturais de vidas não-ocidentais? Estará inscrita na construção imagética condições coexistentes e simultâneas do ser sexuado e ser humano e as limitações demarcadas pela heteronormatividade? Dentre tantas questões fundantes, entre muitas outras, esta “consciência de gênero” <sup>6</sup> lugar/apropriação/encobrimento dos corpos das mulheres não somente exprime sua abjeção nos espaços público e privado, como, encerra sua integridade na vida.

Recusar-se a pressupor de tais investigações, seria abdicar os próprios princípios universais dos direitos humanos e persistir no conflito cultural e nas violências etnocêntrica da universalidade. Diante a esta compreensão, a elaboração teórica direciona-se ao contexto Ocidental, conjugado pelo violento processo de repressão e recusa em aceitar as marcas significativas do “Outro”, marcas que supostamente “representam” ameaças à visão metafísica e idealizada nas projeções ilusórias de homogeneidade. Calcado na concepção de um mundo – na visão canônica da literatura, dos sistemas elitistas de distribuição do poder dos meios de comunicação midiáticos em massa.<sup>7</sup> Para além, tais reflexões discorrem de uma indisposição feminina sem nome diante uma gramática que consolida nas funções linguísticas o ocultamento dos sujeitos, conjuntamente o adestramento de seus corpos.

---

<sup>5</sup> GEBARA, Ivone. *Rompendo o silêncio: uma fenomenologia feminista do mal*. Trad. Lúcia Mathilde Endlich Orth. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 30.

<sup>6</sup> Esta “consciência de gênero” entre aspas quer tratar especificamente do lugar sociocultural ocupado pelas mulheres dentro de um contexto imaginário e fictício criado pelas bases etnocêntricas.

<sup>7</sup> SCHMIDT, Rita Terezinha. Repensando a cultura, a literatura e o espaço da autoria feminina. In: NAVARRO, Márcia Hoppe (Org.). *Rompendo o silêncio: gênero e literatura na América Latina*. Porto Alegre: UFRGS, 1995. p. 186-187 e DAUDÉN, Laura Toledo; MENOR, Andrea; GARCÍA, Alba Orubia Gago (Org.). *Mulheres brasileiras: do ícone midiático à realidade*. Disponível em: <site.adital.com.br/site/noticia.php?lang=PT&cod=80577&grv=N>. Acesso em: 07 ago. 2014.

Contudo, enfatiza Judith Butler, esta noção singular de identidade e modelo, não somente cria uma estrutura exclusivista, como essa especificidade do feminino pode ser reconhecida “totalmente descontextualizada, analítica e politicamente separada da constituição de classe, raça, etnia e outros eixos de relações de poder”, ou seja, a universalização do sujeito do feminismo “são de fato minadas pelas restrições do discurso representacional em que funcionam”.<sup>8</sup>

Com efeito, tais concepções foram fixadas e mescladas culturalmente no discurso histórico da religião e muitas outras mantiveram-se desde os primórdios da tradição cristã. Sobretudo, parece contraditório para o modo particular do cristianismo ter coparticipado de tal violência social, este que se coloca a favor da vivência humana a partir dos valores fundamentais de toda a existência como símbolo do amor solidário, fraterno, do cuidado redentor, de ternura e misericórdia. Sob esta perspectiva, Ivone Gebara salienta uma reflexão fundamental, assinala que os valores e virtudes vividos no cristianismo não subsistiram da mesma maneira entre os sujeitos nas diversidades culturais. Destaca que para os homens tornaram-se expressões de amor, já para as mulheres expressões de humilhação e opressão.<sup>9</sup> A partir deste enfoque, desenvolveu-se uma “cultura da obediência” dentro da perspectiva hierárquica, esta que se reproduz veementemente na sexualidade dos corpos. Assim conclui: “através dos meandros da obediência passam os autoritarismos e as diferentes formas de submissão”.<sup>10</sup>

Neste sentido, pressupõe-se dizer a inexistência ontológica das mulheres como um sujeito agente nas relações sociais e culturais, corpos passivos compreendidos sob leis culturalmente inteligíveis e inexoráveis invariavelmente mantidas e (re)produzidas mediante a produção de uma sexualidade inconsciente – inata.<sup>11</sup> Isto é, leis reguladas por termos puramente negativos, por meio da proibição, limitação, obediência, regulamentação, controle. Nas palavras de Judith Butler, “porém em virtude de a elas estarem condicionados,

---

<sup>8</sup> BUTLER, 2003, p. 21.

<sup>9</sup> GEBARA, 2000, p. 156. Ivone enfatiza um ponto essencial da vida de fé, chama atenção para a construção dos símbolos religiosos, especialmente os de caráter antropológico. Em especial são todos prioritariamente masculinos, convém assim imitar e obedecer à vida de Jesus, dos apóstolos, dos pais da Igreja.

<sup>10</sup> GEBARA, 2000, p. 157 e 219. Sob este raciocínio vale ressaltar que “o conceito de “Deus”, particularmente na nossa tradição cristã, foi forjado a partir da compreensão dos papéis sociais, das filosofias que a marcaram, de uma certa compreensão da justiça e da transcendência, explicitada por diferentes grupos”.

<sup>11</sup> BUTLER, 2003, p. 26 e 52. Assim descreve Butler: “quando a “cultura” relevante que “constrói” o gênero é compreendida nos termos dessa lei ou conjunto de leis, tem-se a impressão de que o gênero é tão determinado e tão fixo quanto na formulação de que a biologia é destino. Nesse caso, não a biologia, mas a cultura se torna o destino”.

os sujeitos regulados por tais estruturas são formados, definidos e reproduzidos de acordo com as exigências delas”.<sup>12</sup> Doravante, essas construções constituidoras dos sujeitos organizam-se não somente como produções teóricas, mas como princípios organizadores imbricados tanto nas práticas materiais, quanto nos arranjos institucionais. Sobretudo a crítica do sujeito na perspectiva de gênero não se trata em negar ou repudiar, mas sim interrogar sua construção como condição fundamentalista, a fim de que neste horizonte instituído historicamente nos sujeitos venha tornar-se lugar de possibilidades construtivas de ação, legitimidade, visibilidade e integridade.<sup>13</sup>

Portanto, referenciar as mulheres como objeto histórico tem assumido um valor fundamental para que construções sociais e as relações culturais proporcionem possibilidades de transformação e agenciamento. O desenvolvimento de campos como da história das mentalidades e cultural, conjuntamente a outras disciplinas fortaleceram amplitudes para a interpelação do feminino. Desse modo, a interdisciplinaridade adquire uma crescente relevância sob as (re)significações dos sujeitos históricos na sociedade.<sup>14</sup> Sobretudo, observa-se uma escassez de vestígios, não há reflexividade ontologicamente intata para este sujeito.<sup>15</sup> No tocante, esse reconhecimento, em certo sentido, possibilita questionar de antemão a invisibilidade daquele agente. Tais desdobramentos, não somente permitem uma reconfiguração significativa e consciente das construções e relações, como também, cria “um modo de pensar sobre as pessoas como atores instrumentais que confrontam um campo político externo”.<sup>16</sup> Este ponto de partida leva a questionar a *priori* das possibilidades produzidas nas configurações existentes na teorização do discurso e do poder.

Pois se o sujeito é constituído pelo poder, esse poder não cessa no momento em que o sujeito é constituído, pois esse sujeito nunca está plenamente constituído, mas é sujeitoado e produzido continuamente. Esse sujeito não é a base nem produto, mas a possibilidade permanente de um certo processo de re-significação [...] é importante lembrar que os sujeitos se constituem mediante a exclusão, isto

---

<sup>12</sup> BUTLER, 2003, p.18 e 20. Sob esta perspectiva, trago ainda outra contribuição de Judith para a reflexão. A inexistência de um sujeito histórico “torna-se a premissa básica a garantir uma ontologia pré-social de pessoas que consentem livremente em ser governadas, constituindo assim a legitimidade do contrato social”.

<sup>13</sup> BUTLER, Judith. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do ‘pós-modernismo’. *Cadernos Pagu*, N.11, 1998. p. 24.

<sup>14</sup> SOIHET, Rachel. História das mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 276.

<sup>15</sup> BUTLER, 1998, p. 30.

<sup>16</sup> BUTLER, 1998, p. 30-31.

é, mediante a criação de um domínio de sujeitos desautorizados, pré-sujeitos, representações de degradação, populações apagadas de vista.<sup>17</sup>

Neste sentido, verifica-se um modo de dominação, na qual os sujeitos femininos atuam mediante a regulação, uma construção problemática e traumática, violenta e subversiva demarcada pela fixação dos papéis sociais, das funções e dos valores como regra de conduta formadora do corpo e da sexualidade. A “violência” em questão opera regulando o que será e o que não será capaz de aparecer como efeito. É necessária uma revisão das estruturas simbólicas das instituições formadoras sejam elas religiosas, acadêmicas, midiáticas e também concepções alternativas teológicas, políticas, sociais para o poder, de fato, honrar as experiências das mulheres. O que é válido para elaboração e interpretação discursiva do processo de articulação epistemológico para que haja o rompimento de legitimação de normas, modelos e padrões culturais passíveis de questionamento.<sup>18</sup>

Esta consciência de exclusão e engendramento normativo “que inclui as várias facetas da vida humana, juntando todos os diferentes eventos que formam, informam, deformam e conformam a vida da mulher”,<sup>19</sup> sob a ótica da racionalidade ocidental branca e masculinista dos corpos, veementemente precisa enfrentar com urgência sua história de construção de subordinação da natureza à diversidade do ecossistema.<sup>20</sup> Conjuntamente, propõe indagar aspectos relativos às múltiplas manifestações sociais dos corpos femininos em sua pertença social; tampouco incide e revela a neutralidade da subjetividade de corpos projetados para o insumo de negócios, com as quais quaisquer estudos estabelecem diálogo e confrontos. Todavia, considera-se aqui a subjetividade como um “arcabouço científico que possibilita a análise e a produção do saber”.<sup>21</sup> Desse modo, pressupõe-se dizer que as estruturas sistemáticas da realidade projetadas na sociedade contemporânea da imagem e comunicação marcadas pelos interesses de relações assimétricas, particularmente, determinam os mecanismos de dominação e controle do poder e dos corpos em questão. A

---

<sup>17</sup> BUTLER, 1998, p. 31-32

<sup>18</sup> DEIFELT, Wanda. Temas e metodologias da teologia feminista. In: SOTER (Org.). *Gênero e teologia: interpelações e perspectivas*. São Paulo: Loyola, Paulinas, Belo Horizonte: SOTER, 2003. p. 172-177.

<sup>19</sup> DEIFELT, 2003, p. 176.

<sup>20</sup> SAMPAIO, Tânia Mara Vieira. Horizontes em discussão na arte de fazer teologia. In: SOTER (Org.). *Gênero e teologia: interpelações e perspectivas*. São Paulo: Loyola, Paulinas, Belo Horizonte: SOTER, 2003. p. 189.

<sup>21</sup> SAMPAIO, 2003, p. 190-191. Na concepção de Tânia, “é preciso considerar que admitir a subjetividade não significa assumir uma relativização total de métodos e resultados. Não se trata tampouco, de cada um dizer o que pensa a respeito e nem legitimar qualquer tipo de interpretação. Admite-se a subjetividade como integrante do método [...]” que, em grande medida, é banida pelos meios de comunicação imagética e midiática retratada na percepção que temos de realidade.

parcela minoritária torna-se a grande massa do consumo projetada para suprir as necessidades que desembocam a ilusória satisfação de “representatividade”, prestígio e “aparência”. Admite-se uma imposição sutil e usurpadora da naturalização das relações que domesticam os corpos.

Por conseguinte, a crítica do lugar dos sujeitos na sociedade consiste em discutir a produção de conteúdos, não somente na perspectiva da linguagem, por si mesma, mas sobre os atos performativos imagéticos e midiáticos materializados na conduta física, sob os *estândares* supostamente estabelecidos, os pré-requisitos repousados no valor de utilidade social e sujeito-objeto associado como produto de apropriação. Para, além disso, “talvez seja interessante examinar as consequências políticas de manter em seus lugares as próprias premissas que tentaram assegurar nossa subordinação desde o início”.<sup>22</sup> Contudo, impreterivelmente a dominação dos sistemas de “valor” e de “representações” sob este ângulo continua a exercer práticas discriminatórias, excludentes e subjulgadas sobre os corpos femininos e as multiplicidades culturais dos mesmos, nas quais, encerram uma violência simbólica silenciosa como mediadora das relações sociais tendo como base uma cultura do ódio à alteridade, à pluralidade, à subjetividade, à diversidade. Neste sentido, a dinâmica cultural e social de gênero entra-se no círculo hermenêutico em que diferentes abordagens e tentativas de compreensão são possíveis.<sup>23</sup>

### Considerações Finais

Sob esta perspectiva, pressupõe-se dizer que o engajamento da teoria feminista busca afirmar-se a favor da vida, “vidas” cuja materialidade é entendida como não importante. Trata-se da compreensão da vida de sujeitos separados pelos muros invisíveis da história. Trata-se de instituir um novo olhar sobre o domínio ontológico e não pressupor que já exista um. Nas palavras da teóloga Nancy Cardoso: “esta falta de eixo é vital para a negação de qualquer tentativa de essencialização e de abordagens à identidade baseada nas teses de redução e representação”.<sup>24</sup> Finalmente, que a luta teórica torne-se prática na finalidade de construir relações igualitárias, libertárias, a fim de expandir as possibilidades

---

<sup>22</sup> BUTLER, 1998, p. 42.

<sup>23</sup> GEBARA, 2000, p. 218.

<sup>24</sup> PEREIRA, Nancy Cardoso. Prefácio. In: MUSSKOPF, André S.; BLASI, Marcia (Orgs.). *Ainda feminismo e gênero: histórias, gênero e sexualidade, sexismo, violência e políticas públicas, religião e teologia*. São Leopoldo: CEBI, 2014. p. 13.

do que significa ser mulher e “tornar-se mulher” como sujeito histórico e protagonista das sociedades contemporâneas.

## Referências

BUTLER, Judith P. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do ‘pós-modernismo’. *Cadernos Pagu*, N.11, p. 11-42, 1998.

DAUDÉN, Laura Toledo; MENOR, Andrea; GARCÍA, Alba Orubia Gago (Orgs.). *Mulheres brasileiras: do ícone midiático à realidade*. Disponível em: <[site.adital.com.br/site/noticia.php?lang=PT&cod=80577&grv=N](http://site.adital.com.br/site/noticia.php?lang=PT&cod=80577&grv=N)>. Acesso em: 07 ago. 2014.

DEIFELT, Wanda. Temas e metodologias da teologia feminista. In: SOTER (Org.). *Gênero e teologia: interpelações e perspectivas*. São Paulo: Loyola, Paulinas, Belo Horizonte: SOTER, 2003. p. 171-186.

GEBARA, Ivone. *Rompendo o silêncio: uma fenomenologia feminista do mal*. Trad. Lúcia Mathilde Endlich Orth. Petrópolis: Vozes, 2000.

PEREIRA, Nancy Cardoso. Prefácio. In: MUSSKOPF, André S.; BLASI, Marcia (Orgs.). *Ainda feminismo e gênero: histórias, gênero e sexualidade, sexismo, violência e políticas públicas, religião e teologia*. São Leopoldo: CEBl, 2014. p. 11-15.

PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Trad. Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 2005.

PRINS, Baukje; MEIJER, Irene Costera. Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. *Estudos Feministas*, Florianópolis, ano 10, n.1, p. 155-167, 2002.

SAMPAIO, Tânia Mara Vieira. Horizontes em discussão na arte de fazer teologia. In: SOTER (Org.). *Gênero e teologia: interpelações e perspectivas*. São Paulo: Loyola, Paulinas, Belo Horizonte: SOTER, 2003. p. 187-202.

SCHMIDT, Rita Terezinha. Repensando a cultura, a literatura e o espaço da autoria feminina. In: NAVARRO, Márcia Hoppe (Org.). *Rompendo o silêncio: gênero e literatura na América Latina*. Porto Alegre: UFRGS, 1995. p. 182-189.

SOIHET, Rachel. História das mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 275-296.